

**SEGUNDA ALTERAÇÃO ESTATUTÁRIA**  
**ASSOCIAÇÃO ESCOLA PARANAENSE DE HANDEBOL / AEPH**

**CAPÍTULO I**  
**DA DENOMINAÇÃO, NATUREZA, SEDE, FINS E DURAÇÃO**

**Art. 1º.** A Associação Escola Paranaense de Handebol (AEPH) – é pessoa jurídica de direito privado, associação civil sem fins lucrativos, fundada em 15 de dezembro de 2010, tendo duração por tempo indeterminado e reger-se-á pelo presente estatuto, pela legislação civil que lhe for aplicável, bem como pelas demais disposições legais vigentes no país.

**Art. 2º.** A Associação tem sede e foro na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, Rua Professor Pedro Viriato Parigot de Souza, 1900 – Bloco 09 – Sala 003 – Bairro Mossunguê – CEP 81200-100.

**Art. 3º.** A Associação tem por finalidade desenvolver um projeto desportivo de alto nível na modalidade Handebol, promovendo o esporte como instrumento educacional e de inclusão social, assim como:

- I** - Fortalecer a prática do esporte na modalidade de Handebol;
- II** - Socializar adultos e jovens através do esporte na modalidade de Handebol;
- III** - Promover jogos de nível municipal, regional, estadual, nacional e internacional, visando a edificação dos atletas como profissionais e angariando recursos a serem investidos na organização;
- IV** - Prestar palestras a instituições de ensino públicas e/ou privadas, incentivando e trazendo adultos e jovens a praticar o handebol como modalidade esportiva;
- V** - Representar seus associados junto aos órgãos competentes e autoridades em geral;
- VI** - Servir de elemento de ligação entre seus associados e Instituições Educacionais;
- VII** - Garantir a participação de atletas nos colegiados de direção da entidade; e
- VIII** - Promover ações de voluntariado;
- IX** - Realizar treinamentos, cursos, congressos, simpósios e outras atividades que visem à capacitação e qualificação de seus membros, atletas e da comunidade em geral;
- X** - Atender a todos que a ela se dirigirem, independente de classe social, nacionalidade, sexo, raça, cor, idade, crença religiosa, política ou quaisquer outras formas de discriminação.

**Parágrafo único.** Para os fins deste artigo, a dedicação às atividades nele previstas caracteriza-se pela execução direta de projetos, programas e planos de ação correlatos, por meio da doação de recursos físicos, humanos e financeiros, ou pela prestação de serviços intermediários de apoio a outras

2º RTDPJ - CURITIBA/PR

Nº 1205638 / #

PROTOCOLO

*[assinatura]*

1

*[assinatura]*



**SEGUNDA ALTERAÇÃO ESTATUTÁRIA**  
**ASSOCIAÇÃO ESCOLA PARANAENSE DE HANDEBOL / AEPH**

organizações sem fins lucrativos e a órgãos do setor público que atuem em áreas afins.

**Art. 4º.** A Associação tem como valores essenciais o exercício ativo da cidadania, a gestão democrática, a dignidade da pessoa humana, tendo como postura essencial nas suas dependências e para o seu quadro social o tratamento igualitário de todos os seus integrantes e público em geral.

**Art. 5º.** Em função de seus múltiplos interesses, a Associação se organizará em tantas unidades quantas forem necessárias para melhor cumprimento dos seus objetivos sociais e da coletividade.

**Art. 6º.** A Associação poderá filiar-se, direta ou indiretamente, a outras entidades, inclusive internacionais, que tenham por objetivos comuns a promoção do esporte e da cidadania, de acordo com as normas estatutárias vigentes.

**Art. 7º.** A Associação poderá firmar convênios, contratos e demais instrumentos, e articular-se, pela forma conveniente, com órgão ou entidades, públicas ou privadas, pessoas físicas ou jurídicas.

**Art. 8º.** A Associação no desenvolvimento de suas atividades, poderá receber recursos públicos de incentivos e outros, para melhorias de suas modalidades e demais práticas desportivas, e observará os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e da eficiência.

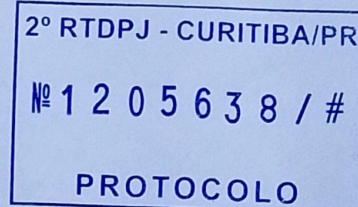
**Art. 9º.** A Associação destinará integralmente os seus resultados financeiros à manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais desportivos.

**Parágrafo único.** É vedado a distribuição entre seus associados, conselheiros, diretores ou doadores eventuais excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e os aplica integralmente na manutenção e realização dos seus objetivos sociais.

**Art. 10º.** O prazo de duração da Associação é indeterminado.

**CAPÍTULO II**  
**DO PATRIMÔNIO, SUA CONSTITUIÇÃO E FONTES DE RECURSOS**

**Art. 11.** O patrimônio da Associação Escola Paranaense de Handebol (AEPH) será composto de:



Handwritten signatures and the number 2.



**SEGUNDA ALTERAÇÃO ESTATUTÁRIA**  
**ASSOCIAÇÃO ESCOLA PARANAENSE DE HANDEBOL / AEPH**

- a) Auxílios, incentivos, contribuições e subvenções de entidades públicas e privadas, nacionais ou estrangeiras;
- b) Doações ou legados;
- c) Produtos de operações de crédito, internas ou externas, para financiamento de suas atividades;
- d) Rendimentos decorrentes de títulos, ações ou papéis financeiros de sua propriedade;
- e) Rendas em seu favor constituídas por terceiros;
- f) Rendimentos decorrentes de títulos, ações ou papéis financeiros de sua propriedade;
- g) Usufruto que lhes forem conferidos;
- h) Juros bancários e outras receitas de capital;
- i) Valores recebidos de terceiros em pagamento de serviços ou produtos;
- j) Contribuição de seus associados;
- k) Convênios, contratos e instrumentos congêneres com o poder público;
- l) Bens móveis e imóveis adquiridos ou doados;
- m) Rendas eventuais.

**Parágrafo único.** As rendas da Associação somente poderão ser realizadas para a manutenção de seus objetivos, nos termos deste Estatuto.

**CAPÍTULO III**  
**DA ADMINISTRAÇÃO E DA ORGANIZAÇÃO**

**Art. 12.** A Associação Escola Paranaense de Handebol (AEPH) tem como órgãos deliberativos e administrativos a Assembleia Geral, a Diretoria e o Conselho Fiscal.

**Parágrafo único.** A Assembleia Geral – Órgão Deliberativo; A Diretoria – Órgão Executivo; e Conselho Fiscal – Órgão Fiscalizador.

**Art. 13.** A Associação não remunera seus dirigentes, mesmo que efetivamente atuem na gestão executiva.


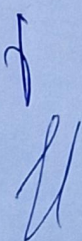
**Art. 14.** Os procedimentos dos sistemas de gestão e de auditoria interna da Associação serão disciplinados no Regimento Interno.

**Parágrafo único.** O presente Estatuto poderá ser reformado pelo voto de no mínimo 2/3 (dois terços) de seus membros, mediante proposta dos membros da Diretoria, desde que a proposta de alteração respeite os objetivos da Associação (Art. 46, IV do Código Civil).

2º RTDPJ - CURITIBA/PR

Nº 1 2 0 5 6 3 8 / #

PROTOCOLO

 3 



**SEGUNDA ALTERAÇÃO ESTATUTÁRIA**  
**ASSOCIAÇÃO ESCOLA PARANAENSE DE HANDEBOL / AEPH**

**Seção I**  
**Da Assembleia Geral**

**Art. 15.** A Assembleia Geral é o órgão soberano da Associação, com poderes para deliberar sobre todos os assuntos referentes à AEPH, incluindo a eleição e posse dos associados para cargos na Diretoria e no Conselho Fiscal.

**Parágrafo único.** Poderá participar da Assembleia Geral todos os associados em pleno gozo de seus direitos e deveres estatutários.

**Art. 16.** São atribuições da Assembleia Geral:

- I - Eleger os membros da Diretoria e do Conselho Fiscal e seus respectivos suplentes;
- II - Elaborar e aprovar o Regimento Interno (sigla da associação);
- III - Deliberar sobre o orçamento anual e o programa de trabalho elaborado pela Diretoria, ouvido previamente quanto à execução, o Conselho Fiscal;
- IV - Examinar, aprovar ou rejeitar o relatório da Diretoria e deliberar sobre o balanço e as contas anual, com parecer do Conselho Fiscal;
- V - Deliberar sobre a conveniência de aquisição, alienação ou oneração de bens pertencentes à Associação;
- VI - Decidir sobre a reforma do Estatuto;
- VII - Deliberar sobre proposta de absorção ou incorporação de outras entidades à Associação;
- VIII - Autorizar acordos com entidades públicas ou privadas;
- IX - Decidir sobre a extinção da Associação e o destino do patrimônio;
- X - Destituir os seus administradores;
- XI - Decidir sobre casos omissos e não previstos neste Estatuto.

**Parágrafo único.** Para a destituição de membros da Diretoria e do Conselho Fiscal e para a reforma do Estatuto, é necessário o quórum mínimo de 2/3 (dois terços) dos associados presentes à Assembleia Geral.

**Art. 17.** A Assembleia Geral se reunirá ordinariamente na primeira quinzena de janeiro de cada ano, quando convocada pelo seu presidente, por seu substituto legal ou por no mínimo 1/3 de seus membros, para:

- I - Obter conhecimento da dotação orçamentária, planejamento de atividades para a Associação;
- II - Debater o relatório apresentado pela Diretoria sobre as atividades relativas ao exercício social anterior.

**Art. 18.** A Assembleia Geral se reunirá extraordinariamente quando convocada:

- I - Por seu Presidente;
- II - Pela Diretoria;

2º RTDPJ - CURITIBA/PR

Nº 1 2 0 5 6 3 8 / #

PROTOCOLO



**SEGUNDA ALTERAÇÃO ESTATUTÁRIA**  
**ASSOCIAÇÃO ESCOLA PARANAENSE DE HANDEBOL / AEPH**

III - Pelo Conselho Fiscal;

IV - Por 1/5 dos associados.

**Art. 19.** As Assembleias Gerais poderão ser ordinárias ou extraordinárias, será feita mediante edital, com pauta dos assuntos a serem tratados, a ser fixado na sede da Associação, no local de concentração dos associados, com antecedência mínima de 10 (dez) dias para a Assembleia Ordinária, e 3 (três) dias, para a Assembleia Extraordinária, com correspondência pessoal ou eletrônica aos integrantes dos órgãos de administração da Associação.

§ 1º. As Assembleias Ordinárias instalar-se-ão em primeira convocação, com a presença mínima de dois terços (2/3) dos associados, e em segunda convocação, trinta (30) minutos após, com maioria simples dos presentes.

§ 2º. As Assembleias Extraordinárias instalar-se-ão, em primeira convocação, com a presença mínima 1/3 (um terço) dos associados, e em segunda convocação, trinta (30) minutos após, com maioria simples dos presentes.

§ 3º. A Assembleia Geral ordinária ou extraordinária poderá ser realizada por meios eletrônicos/digitais, videoconferência e demais meios de comunicações.

§ 4º. As Assembleias Gerais convocadas para fins de eleições tratarão de assuntos referentes ao motivo da convocação.

**Art. 20.** No prazo de 10 (dez) dias antes da realização da Assembleia Geral Ordinária, a Diretoria colocará à disposição dos associados, na sede da associação, cópia do Balanço da Prestação de Contas, acompanhado do parecer do Conselho Fiscal.

**Art. 21.** Salvo disposição expressa em contrário, a aprovação nas deliberações se dará por maioria simples de votos, tendo cada associado direito a um só voto.

§ 1º. O associado não poderá votar em deliberação que diretamente a ele se refira, mas não ficará impedido de participar dos debates.

§ 2º. Os processos de votação serão determinados pela Mesa com prévia consulta à Assembleia.

§ 3º. Nas eleições para cargos da Diretoria e do Conselho Fiscal, bem como nas exclusões de associados, o voto poderá ser secreto ou por aclamação.

§ 4º. Os associados admitidos menos de 15 (quinze) dias antes da data de convocação para a Assembleia Geral não poderão votar nessa Assembleia.

**Art. 22.** Será lavrada uma ata circunstanciada nas Assembleias Gerais, assinada pelos Diretores presentes, pelos membros da Mesa e pelos associados que desejarem assiná-la. As cópias das atas deverão ser devidamente registradas em cartório e arquivadas.

2º RTDPJ - CURITIBA/PR

Nº 1205638 / #

PROTOCOLO



**SEGUNDA ALTERAÇÃO ESTATUTÁRIA**  
**ASSOCIAÇÃO ESCOLA PARANAENSE DE HANDEBOL / AEPH**

**Art. 23.** Anualmente, no primeiro semestre, no mês de fevereiro, será realizada uma Assembleia Geral Ordinária para deliberar e julgar o relatório e as contas apresentadas pela Diretoria, referentes ao exercício anterior.

**Seção II**  
**Da Diretoria e seu Processo Eleitoral**

**Art. 24.** A Diretoria será eleita pela Assembleia Geral, com mandato de 04 (quatro) anos, sendo permitida 01 (uma) única recondução por igual período.

**Parágrafo único.** Será garantida a participação de atletas no órgão colegiado de direção.

**Art. 25.** A Diretoria é composta de:

- I - Presidente;
- II - Vice-Presidente;
- III - 1º Secretário;
- IV - 2º Secretário;
- V - 1º Tesoureiro;
- VI - 2º Tesoureiro.

**Art. 26.** O colégio eleitoral será constituído por todos os filiados no gozo de seus direitos estatutários, admitida a diferenciação de valor dos seus votos.

**Parágrafo único.** Será garantida a participação de atletas no processo eleitoral.

**Art. 27.** A Diretoria deverá colocar à disposição dos Associados, na sede da AEPH, a relação dos nomes de todos os membros do quadro associativo candidatos aptos a serem votados.

**§ 1º.** Em caso de impugnação ao direito de participação no processo eleitoral, caberá defesa prévia, que deverá ser submetida à julgamento da Diretoria.

**§ 2º.** Havendo manutenção da impugnação ao direito de participação no processo eleitoral, a decisão do competente recurso caberá à Assembleia Geral Extraordinária convocada especialmente para esse fim.

**§ 3º.** O processo eleitoral será convocado mediante edital publicado em órgão da imprensa de grande circulação ou de mídia impressa e ou digital, por três vezes, com antecedência de 10 (dez) dias, para que se de amplo conhecimento ao pleito.

**§ 4º.** A votação será feita por chapas devidamente registradas na Associação até 06 (seis) dias de antecedência da data da Assembleia.

**§ 5º.** A eleição será feita por votação secreta, colocada a cédula em envelope rubricado pelo presidente e por um mesário previamente escolhido, depositado aquele em uma urna destinada a esse fim.

2º RTDPJ - CURITIBA/PR

Nº 1 2 0 5 6 3 8 / #

PROTOCOLO



**SEGUNDA ALTERAÇÃO ESTATUTÁRIA**  
**ASSOCIAÇÃO ESCOLA PARANAENSE DE HANDEBOL / AEPH**

§ 6º. A eleição deverá ocorrer na sede social da Associação ou no lugar de concentração dos associados, sendo aberta para a comunidade e o público em geral, acompanhar a transparência da eleição.

§ 7º. Havendo apenas uma chapa concorrente, a eleição dar-se á por aclamação.

§ 8º. Havendo 02 (duas) chapas ou mais inscritas, será considerada vencedora a que obtiver o maior número de votos.

§ 9º. É vedada a eleição do cônjuge e os parentes consanguíneos ou afins, até segundo grau ou por adoção do presidente ou dirigente máximo da entidade, na eleição que o suceder.

§ 10º. É garantida a participação de atletas nos colegiados de direção da AEPH, incumbidos diretamente dos assuntos esportivos. Na ausência de atletas na composição da Diretoria da AEPH, o Presidente indicará um assessor especial, que deverá obrigatoriamente ser um atleta, para representá-los, este assessor terá como competência fornecer consultoria e suporte técnico à Diretoria em questões relacionadas aos assuntos esportivos.

§ 11º. Será designada pela Diretoria uma Comissão Eleitoral, caso necessário, composta por, no mínimo, dois associados em pleno gozo de seus direitos associativos, para a organização e acompanhamento do processo eleitoral, até a apuração e posse dos eleitos.

§ 12º. Encerrado o período de votação, seguir-se-á imediatamente à apuração dos votos, sendo o cômputo geral e a proclamação do resultado de responsabilidade da Comissão Eleitoral, caso designada, e/ou da Diretoria

§ 13º. A ata da Assembleia será lavrada e assinada pelo Presidente e Secretário, consumando a eficácia de todos os atos praticados e dando posse imediata aos membros da Diretoria.

**Art. 28.** Ocorrendo vaga em qualquer cargo de titular da Diretoria, caberá ao respectivo suplente substituí-lo até o fim do período para que foi eleito.

**Art. 29.** Ocorrendo vaga entre os integrantes suplentes da Diretoria, a Assembleia Geral se reunirá no prazo máximo de trinta dias da vacância, para eleger o novo integrante.

**Art. 30.** Compete à Diretoria:

- I - Elaborar e executar o programa anual de atividades da Associação;
- II - Cumprir e zelar pelo cumprimento deste Estatuto;
- III - Praticar todos os atos da Associação;
- IV - Elaborar e apresentar à Assembleia Geral o relatório anual e o respectivo demonstrativo de resultados do exercício findo;
- V - Elaborar o orçamento da receita e despesas para o exercício seguinte;

2º RTDPJ - CURITIBA/PR

Nº 1 2 0 5 6 3 8 / #

PROTOCOLO



**SEGUNDA ALTERAÇÃO ESTATUTÁRIA**  
**ASSOCIAÇÃO ESCOLA PARANAENSE DE HANDEBOL / AEPH**

- VI - Contratar e administrar os recursos internos e da sede da Associação;
- VII - Entrosar-se com instituições públicas e privadas, tanto no País como no exterior, para mútua colaboração em atividades de interesse comum;
- VIII - Estabelecer convênios, contratos e termos de parceria com entidades nacionais e internacionais, públicas e privadas, com vistas a implementar programas e projetos que atendam os objetivos e interesses da Associação;
- IX - Regulamentar as Ordens Normativas da Assembleia Geral e emitir Ordens Executivas para disciplinar o funcionamento interno da Instituição;
- X - Elaborar, manter atualizado e se fazer cumprir o Regimento Interno;
- XI - Criar e extinguir departamentos, quando, para tanto, lhe forem conferidos poderes pela Assembleia;
- XII - Coordenar e gerir os departamentos criados e subordinados a sua administração, podendo, para tanto nomear e destituir os integrantes e coordenadores de cada departamento; e
- XIII - Instituir, regular e extinguir comissões técnicas científicas quando necessárias ou convenientes.
- IVX - Avaliar o mérito técnico e científico dos estudos feitos pela Associação, bem como das suas propostas de trabalhos, de eventos e de materiais diversos produzidos e/ou utilizados pela entidade; e
- XV - Elaborar trabalhos relacionados à área de pesquisa.

**Art. 31.** A Diretoria reunir-se-á bimestralmente, em data previamente designada, e extraordinariamente, sempre que conveniente, por proposta de qualquer dos seus membros.

**Parágrafo único.** Serão lavradas, em livro próprio, as atas das reuniões da Diretoria.

**Art. 32.** Os Diretores responderão pelos prejuízos que ocasionarem à Associação na prática de seus atos e gestão, desde que tenham agido com dolo ou fraude, e que tais atos importem em violação deste Estatuto ou de disposições regimentais ou gerais.

**Art. 33.** Compete ao Presidente:

- I - Representar a Associação judicial e extrajudicialmente;
- II - Cumprir e fazer cumprir este Estatuto e os demais regimentos internos;
- III - Convocar e presidir as reuniões da Diretoria;
- IV - Convocar e presidir as reuniões da Assembleia;
- V - Assinar quaisquer documentos das operações ativas da Associação;
- VI - Despachar e assinar o expediente, autorizar despesas, bem como conceder auxílios e benefícios aos associados;
- VII - Nomear procuradores e delegar poderes para fins especiais em nome da Associação.

2º RTDPJ - CURITIBA/PR

Nº 1 2 0 5 6 3 8 / #

PROTOCOLO



**SEGUNDA ALTERAÇÃO ESTATUTÁRIA**  
**ASSOCIAÇÃO ESCOLA PARANAENSE DE HANDEBOL / AEPH**

**Art. 34.** Compete ao Vice-Presidente:

- I - Secundar as reuniões das Assembleias Gerais e da Diretoria e redigir atas;
- II - Substituir o Presidente em suas ausências e representar a associação em questão, para fins de movimentação bancária conjunta;
- III - Substituir o Presidente em suas faltas ou impedimentos;
- IV - Assumir o mandato, em caso de vacância, até o seu término;
- V - Manter sob sua guarda os documentos, livros e correspondências.

**Art. 35.** Compete ao 1º Secretário:

- I - Secundar as reuniões das Assembleias Gerais e da Diretoria e redigir atas;
- II - Substituir o 2º Secretário em suas ausências e representar a associação em questão, para fins de movimentação bancária conjunta;
- III - Manter sob sua guarda os documentos, livros e correspondências;
- IV - Exercer as funções que lhe forem delegadas pelo Presidente.

**Art. 36.** Compete ao 2º Secretário colaborar com o 1º Secretário, bem como substituí-lo em suas faltas e impedimentos.

**Art. 37.** Compete ao 1º Tesoureiro:

- I - Arrecadar e contabilizar as contribuições, rendas, auxílios e donativos efetuados à Associação, mantendo em dia a escrituração;
- II - Efetuar os pagamentos de todas as obrigações da Associação;
- III - Acompanhar e supervisionar os trabalhos de contabilidade da Associação, contratados com profissionais habilitados, cuidando para que todas as obrigações fiscais e trabalhistas sejam devidamente cumpridas em tempo hábil;
- IV - Apresentar relatórios de receitas e despesas, sempre que forem solicitados;
- V - Apresentar o relatório financeiro para ser submetido à Assembleia Geral;
- VI - Apresentar mensalmente o balanço e balancetes das receitas e despesas ao Conselho Fiscal;
- VII - Publicar anualmente a demonstração das receitas e despesas realizadas no exercício;
- VIII - Elaborar, com base no orçamento anual realizado e executado, a previsão orçamentária do exercício seguinte e submeter à Diretoria, antes de posterior apreciação da Assembleia Geral;
- IX - Manter todo o numerário em estabelecimento de crédito;
- X - Conservar, sob sua guarda e responsabilidade, todos os documentos relativos à tesouraria;
- XI - Assinar, em conjunto com o Presidente, todos os cheques emitidos pela Associação;

2º RTDPJ - CURITIBA/PR

Nº 1 2 0 5 6 3 8 / #

PROTOCOLO

9

f

H



**SEGUNDA ALTERAÇÃO ESTATUTÁRIA**  
**ASSOCIAÇÃO ESCOLA PARANAENSE DE HANDEBOL / AEPH**

**XII** - Exercer as funções que lhe forem delegadas pelo Presidente.

**Art. 38.** Compete ao 2º Tesoureiro colaborar com o 1º Tesoureiro, bem como substituí-lo em suas faltas e impedimentos.

**CAPÍTULO IV**  
**DO CONSELHO FISCAL**

**Art. 39.** O Conselho Fiscal, órgão colegiado autônomo, independente, com poderes para auditar, denunciar irregularidades e fiscalizar a gestão administrativa, financeira, contábil e patrimonial. Será constituído por 06 (seis) membros eleitos, eleitos em Assembleia Geral, dos quais serão 03 (três) membros efetivos e 03 (três) membros suplentes de idoneidade reconhecida, eleito em Assembleia Geral para o mandato de 4 (quatro) anos.

- I** - Aos membros do Conselho Fiscal será permitida apenas uma recondução;
- II** - O mandato do Conselho Fiscal poderá ser coincidente com o da Diretoria;
- III** - Não poderão fazer parte do Conselho Fiscal as pessoas eleitas para os cargos de Direção da AEPH;
- IV** - É vedado aos membros do Conselho Fiscal o exercício de cargo ou função em entidade de administração do desporto, conforme disposto no art. 90 da Lei nº 9.615, de 1998;
- V** - Os membros do Conselho Fiscal somente poderão ser destituídos por meio de Assembleia Geral;
- VI** - Os membros do Conselho Fiscal não terão direito a qualquer remuneração;
- VII** - O Conselho fiscal será regulamentado por um Regimento Interno, este devendo ser aprovado por 2/3 (dois terços) da Assembleia Geral; e
- VIII** - O Conselho Fiscal poderá contratar serviços de terceiros para realizar auditorias, bem como fornece relatórios de avaliação dos programas e projetos.
- IX** - Entre os membros titulares do Conselho Fiscal, eleger-se-á seu presidente.

**Art. 40.** Ocorrendo vaga em qualquer cargo do titular do Conselho Fiscal, caberá ao respectivo suplente substituí-lo até o fim do mandato para qual foi eleito.

**Art. 41.** Ocorrendo vaga entre os integrantes suplentes do Conselho Fiscal, caberá respectivo suplente substituí-lo até o fim do mandato para o qual foi eleito.

**Art. 42.** Compete ao Conselho Fiscal:

2º RTDPJ - CURITIBA/PR

Nº 1 2 0 5 6 3 8 / #

PROTOCOLO



**SEGUNDA ALTERAÇÃO ESTATUTÁRIA**  
**ASSOCIAÇÃO ESCOLA PARANAENSE DE HANDEBOL / AEPH**

- I - Dar parecer formal sobre os relatórios e demonstrações contábil-financeiras da AEPH, oferecendo as ressalvas que julgarem necessárias;
- II - Opinar sobre qualquer matéria que envolva o patrimônio do AEPH, sempre que necessário;
- III - Comparecer, quando convocados, às Assembleias Gerais, para esclarecer seus pareceres, quando assim julgarem necessário;
- IV - Opinar sobre a dissolução e liquidação da AEPH;
- V - Reunir-se quando necessário, para apreciar relatórios financeiros e contábeis encaminhados pela Diretoria, emitindo parecer sobre eles;
- VII - Fiscalizar os atos de administração financeira da Diretoria;
- VIII - Apreciar os balancetes apresentados pela Diretoria;
- IX - Analisar o balanço e emitir parecer conclusivo para encaminhamento à Assembleia Geral;
- X - Elaborar relatórios e pareceres destinados à avaliação e gestão de parcerias realizadas com entidades de direito privado ou órgãos da Administração Pública; e
- XI - Emitir parecer acerca da prestação de contas anual e submetê-lo a Assembleia Geral, para aprovação final.

**Art. 43.** Para bem cumprir os seus encargos, o Conselheiro Fiscal terá amplo acesso para exames de todos os livros e documentos que tenham implicações diretas e indiretas com o patrimônio e movimento financeiro da Associação.

**Art. 44.** Nos casos expressamente previstos neste Estatuto e sempre que isso se fizer necessário ou lhe for solicitado pela Diretoria ou pela Assembleia Geral, o Conselho Fiscal emitirá parecer sobre qualquer ato ou transação sob sua esfera de competência.

**Art. 45.** O Conselho Fiscal, em sua atuação fiscalizadora, zelará pela regularidade do programa de benefícios e sua execução.

**Parágrafo único.** A autonomia do Conselho fiscal, será garantida por meio dos seguintes requisitos mínimos:

- a) a escolha dos membros do Conselho Fiscal por meio de voto;
- b) exercício de mandato, do qual só possam ser destituídos nas condições estabelecidas previamente ao seu início, e desde que determinada por órgão distinto daquele sob a sua fiscalização;
- c) a existência de regimento interno que regule o funcionamento; e
- d) a vedação da composição por membros de cargos de direção.

2º RTDPJ - CURITIBA/PR

Nº 1 2 0 5 6 3 8 / #

PROTOCOLO



**SEGUNDA ALTERAÇÃO ESTATUTÁRIA**  
**ASSOCIAÇÃO ESCOLA PARANAENSE DE HANDEBOL / AEPH**

**CAPÍTULO V**  
**DO CONTROLE SOCIAL E DA TRANSPARÊNCIA**

**Art. 46.** A prestação de contas da AEPH ocorrerá anualmente, mediante submissão, com parecer do Conselho Fiscal, à respectiva Assembleia Geral e observará, e observará no mínimo:

**I** - Os princípios fundamentais de contabilidade e as Normas Brasileiras de Contabilidade;

**II** - A publicidade, por qualquer meio eficaz, no encerramento de exercício fiscal, ao relatório de atividades e das demonstrações financeiras da entidade, incluindo as certidões negativas de débitos fiscais e ao FGTS, colocando-os à disposição para o exame de qualquer cidadão;

**III** - A realização de auditoria inclusive por auditores externos independentes, se for o caso da aplicação dos eventuais recursos objeto de Termos de Parceria, conforme previsto em regulamento; e

**IV** - A realização de prestação de contas referente a todos os recursos e bens de origem pública recebidos, conforme determina o parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal.

**V** - A entidade deverá conservar em boa ordem, pelo prazo mínimo de cinco anos, contados da data da emissão, os documentos que comprovem a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem assim a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial

**VI** - Seguindo as virtudes da gestão democrática, a execução das atividades obedecerá na utilização de recursos públicos que porventura lhe sejam repassados, a AEPH observará os princípios gerais da Administração Pública, especialmente aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e economicidade.

**§ 1º.** A prestação de conta anual será obrigatoriamente submetida, com parecer do Conselho Fiscal, e à respectiva Assembleia-Geral, para a aprovação final.

**§ 2º.** A AEPH deverá apresentar, anualmente, Declaração de Rendimentos, em conformidade com o disposto em ato da Secretaria da Receita Federal.

**§ 3º.** A AEPH deverá pautar pela transparência na gestão, inclusive quanto aos dados econômicos e financeiros, contratos, patrocinadores, direitos de imagem, propriedade intelectual e quaisquer outros aspectos de gestão.

**§ 4º.** Todos os recursos serão aplicados integralmente na manutenção e desenvolvimento dos seus objetivos sociais.

**§ 5º.** A AEPH adotará práticas de gestão administrativa, suficientes a coibir a obtenção, de forma individual ou coletiva, de benefícios ou vantagens, lícitas ou

2º RTDPJ - CURITIBA/PR

Nº 1205638 / #

PROTOCOLO



**SEGUNDA ALTERAÇÃO ESTATUTÁRIA**  
**ASSOCIAÇÃO ESCOLA PARANAENSE DE HANDEBOL / AEPH**

ilícitas, de qualquer forma, em decorrência da participação nos processos decisórios

§ 6º. AAEPH adotará mecanismos de controle social, de transparência na gestão da movimentação de recursos de fiscalização interna, de modo a assegurar o acompanhamento pelo público em geral.

§ 7º. AAEPH contará com uma OUVIDORIA, em seu site que será encarregada de receber, processar e responder as solicitações relacionadas à gestão ou a qualquer outro assunto que esteja relacionado com as suas finalidades estatutárias.

**Art. 47.** A transparência da Associação também se dará por meio de publicação em site, endereços eletrônicos e digitais, redes sociais, acompanhando a evolução tecnológica de comunicação.

**Art. 48.** É vedada a AEPH como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, a participação em campanhas de interesse político partidário ou eleitoral, sob quaisquer hipóteses.

**CAPÍTULO VI**  
**DA COMPOSIÇÃO, ADMISSÃO, DEMISSÃO E EXCLUSÃO**

**Art. 49.** A Associação Escola Paranaense de Handebol é composta pelo número ilimitado de associados, pessoas físicas e/ou jurídicas, admitido sem Assembleia Geral para o exercício de direito e deveres em igualdade de condições.

**Art. 50.** Terão categorias de associados, a saber: sócios fundadores, sócios efetivos, sócios beneméritos, e sócios honorários.

§ 1º. São Sócios Fundadores são os atletas que instituíram a AEPH.

§ 2º. São Sócios Efetivos os atletas que vierem a se associar após a constituição da AEPH, sendo presentes nas atividades da Associação.

§ 3º. São Sócios Beneméritos os cidadãos agraciados com tal título em Assembleia Geral da Associação, em reconhecimento por serviços ou atitudes relevantes, contribuições/doações à entidade, sem que essa condição implique a outorga de direitos, vantagens ou deveres.

§ 4º. São Sócios Honorários os cidadãos agraciados com tal título em Assembleia Geral da Associação, em reconhecimento por serviços ou atitudes relevantes em relação à entidade, atividades desportivas, morais e cívicas, sem que essa condição implique a outorga de direitos, vantagens ou deveres.

2º RTDPJ - CURITIBA/PR

Nº 1 2 0 5 6 3 8 / #

PROTOCOLO



**SEGUNDA ALTERAÇÃO ESTATUTÁRIA**  
**ASSOCIAÇÃO ESCOLA PARANAENSE DE HANDEBOL / AEPH**

**Art. 51.** Da admissão. Para se associar, é necessário iniciar a participação nas atividades e eventos da associação, direta ou indiretamente, ou encaminhar requerimento à Diretoria, o qual será apreciado pela Diretoria, sendo aprovado se obtiver maioria simples dos votos.

**Art. 52.** Da demissão. Será demitido o associado que assim o requerer.

**Art. 53.** Da exclusão. A exclusão de associado só é admissível havendo justa causa, assim reconhecida em procedimento que assegure direito de defesa e de recurso à Assembleia Geral. Será excluído por justa causa, por decisão da maioria da Diretoria, o Associado que:

- I - Agir contrariamente às finalidades deste Estatuto;
- II - For negligente no desempenho de suas funções, assim considerado pela maioria da Diretoria;

§ 1º. Poderá também ser considerada como justa causa, a existência de motivos graves, em deliberação fundamentada, assim reconhecida pela maioria da Diretoria;

§ 2º. Da decisão do órgão que, de conformidade com este estatuto, decretar a exclusão, caberá recurso à Assembleia Geral, no prazo de dez dias, contados da intimação ou ciência inequívoca da aplicação da penalidade. O recurso será recebido no efeito suspensivo. Após decisão da Assembleia Geral, caberá à Presidência a ratificação do ato respectivo.

**CAPÍTULO VII**  
**DOS DIREITOS E DEVERES DOS ASSOCIADOS**

**Art. 54.** Das relações jurídicas. Os associados têm iguais direitos e deveres, enquanto não entrem em confronto com os preceitos estabelecidos neste estatuto.

**Art. 55.** Dos direitos dos associados. São direitos dos associados:

- I - Votar e serem votados nas Assembleias;
- II - Participar da Diretoria, Conselhos da AEPH;
- III - Receber publicações editadas pela AEPH;
- IV - Ter acesso aos livros e documentos da AEPH, por requerimento escrito e fundamentado;
- V - Representar à Presidência contra outro(s) associado(s);
- VI - Ter acesso ao exercício da ampla defesa, nos termos previstos neste estatuto;
- VII - Candidatar-se e concorrer a cargos na Diretoria ou no Conselho Fiscal;

2º RTDPJ - CURITIBA/PR

Nº 1 2 0 5 6 3 8 / #

PROTOCOLO



**SEGUNDA ALTERAÇÃO ESTATUTÁRIA**  
**ASSOCIAÇÃO ESCOLA PARANAENSE DE HANDEBOL / AEPH**

**VIII** - Acesso irrestrito aos documentos e informações relativos à prestação de contas, bem como àqueles relacionados à gestão, estes documentos devendo ser publicados na íntegra no sítio eletrônico da entidade.

**Parágrafo único.** Nenhum associado poderá ser impedido de exercer direito ou função que lhe tenha sido legitimamente conferido, a não ser nos casos e pela forma previstos na lei ou neste estatuto.

**Art. 56.** Dos deveres dos associados. Constituem deveres dos associados:

- I** - Manter os seus dados cadastrais devidamente atualizados;
- II** - Cumprir e fazer cumprir as disposições relativas às finalidades da AEPH, bem como as determinações dos órgãos deliberativos e sempre zelar pelo patrimônio moral e material da Entidade e cooperar para o desenvolvimento e expansão de suas atividades;
- III** - Divulgar, em conformidade aos padrões definidos na alínea anterior, de acordo com padronização definida pela maioria da Diretoria, a logomarca oficial da AEPH;
- IV** - Participar das Assembleias e reuniões da AEPH;
- V** - Contribuir pontualmente com os pagamentos devidos à associação.

**Parágrafo único.** A Diretoria poderá estabelecer valor da anuidade a ser paga pelo associado, sendo decidido em Assembleia Geral;

**Art. 57.** Da intransmissibilidade da condição de associado. A qualidade de associado é intransmissível, nos termos deste estatuto.

**CAPÍTULO VIII**  
**DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS**

**Art. 58.** Os sócios e dirigentes da Associação Escola Paranaense de Handebol não respondem solidariamente e nem subsidiariamente, pelas obrigações da Associação, nos termos da lei civil pertinente.

**Art. 59.** É vedação a distribuição de resultados aos associados, por se tratar de associação sem fins lucrativos ou econômicos, é vedada, sob qualquer forma ou pretexto, ainda que indiretamente, a distribuição de resultados entre os associados, havendo obrigatoriedade de investimento de seus excedentes financeiros na manutenção e no desenvolvimento das próprias atividades, em conformidade aos objetivos sociais, descritos neste Estatuto.

2º RTDPJ - CURITIBA/PR

Nº 1 2 0 5 6 3 8 / #

PROTOCOLO



**SEGUNDA ALTERAÇÃO ESTATUTÁRIA**  
**ASSOCIAÇÃO ESCOLA PARANAENSE DE HANDEBOL / AEPH**

§ 1º. Os associados não poderão ser remunerados a nenhum título pelo exercício de quaisquer cargos ou funções estatutárias ou existentes na estrutura da AEPH, receber qualquer lucro, gratificação, bonificação ou vantagem.

§ 2º. Os associados não respondem pelas obrigações sociais da associação, nos termos da lei pertinente.

**Art. 60.** Da formalização de eventual trabalho voluntário. No atendimento de suas finalidades estatutárias, poderá ser organizado e admitido o trabalho voluntário, na forma estabelecida na legislação de regência, sem qualquer contrapartida em espécie.

**Art. 61.** Os funcionários que forem admitidos para prestarem serviços profissionais à Associação serão regidos pela Consolidação das Leis Trabalhistas.

**Art. 62.** No exercício da gestão da AEPH, observar-se-ão as regras e os princípios da legislação civil acerca das atribuições e responsabilidade dos administradores, considerando-se aprovadas as contas em Assembleia Geral, na forma estabelecida neste estatuto.

**Art. 63.** A Diretoria deverá apresentar ao Conselho Fiscal e à Assembleia Geral, documentos contábeis, o Relatório de Atividades e Plano de Atividades, para gestão, planejamento e transparência.

**Art. 64.** A AEPH manterá a escrituração contábil de suas receitas, despesas, ingressos, desembolsos e mutações patrimoniais em livros revestidos de todas as formalidades legais que assegurem sua exatidão e de acordo com as exigências legais.

**Art. 65.** Decidida a extinção da Associação, seu patrimônio, após satisfeitas as obrigações assumidas, será incorporado ao de outra Associação congênere, a critério da Assembleia Geral.

**Art. 66.** O exercício financeiro da Associação coincidirá com o ano civil.

**Art. 67.** O presente estatuto passa a respeitar integralmente e estar em plena conformidade com o inciso III do art. 30 do Decreto Municipal nº 1.067/16 de Curitiba e com a Lei Federal 13.019/2014, mormente no que tange aos Princípios Fundamentais e Normas Brasileiras de Contabilidade.

2º RTDPJ - CURITIBA/PR

Nº 1 2 0 5 6 3 8 / #

PROTOCOLO



**SEGUNDA ALTERAÇÃO ESTATUTÁRIA**  
**ASSOCIAÇÃO ESCOLA PARANAENSE DE HANDEBOL / AEPH**


**Art. 68.** O orçamento da Associação Escola Paranaense de Handebol será feito anualmente, anual e compreendendo todas as receitas e despesas, compreendendo em estimativa de receita, discriminadas por fontes, fixando as despesas, classificadas segundo sua natureza e devendo sua fixação para cada órgão, sub-projeto ou programa de trabalho.

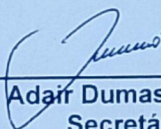
**Art. 69.** O Estatuto pode sofrer alterações a qualquer tempo, respeitadas as suas normas descritas.

**Art. 70.** Este Estatuto entra em vigor a partir de sua aprovação em Assembleia Geral, devidamente registrado no cartório competente.

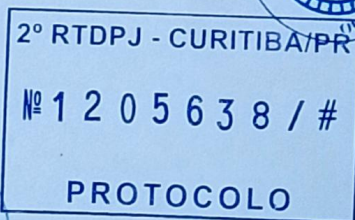
**Art. 71.** Os casos omissos serão resolvidos pela Diretoria e referendados pela Assembleia Geral, ficando eleito o foro da Comarca de Curitiba-PR, para sanar possíveis dúvidas.

Curitiba-PR, 23 de outubro de 2025.

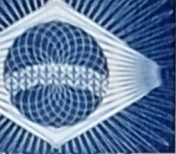
  
Jason Ferreira Gonçalves  
Presidente

  
Adair Dumas Junior  
Secretário

  
Henrique Bonatti Rego Barbosa  
Advogado OAB/PR nº 75.792







## CERTIDÃO

Certifico a pedido da parte interessada, que em data de **10/11/2025**, foi efetuado nesta Serventia, o Registro da Ata e Alteração de Estatuto da “ASSOCIAÇÃO ESCOLA PARANAENSE DE HANDEBOL AEPH”. Registrado neste ofício sob o número **10.760**, do Livro “**A-06**” de Registro de Pessoas Jurídicas, e Protocolado sob o número **1205636** e **1205638**, ficando devidamente arquivados os documentos exigidos pelos artigos 120 e 121 da Lei 6.015 de 31 de dezembro de 1973.

VALOR DESTE ATO – 40VRC R\$ 11,08+Buscas R\$4,98+Funrejus R\$4,02+Iss R\$0,64+Fundep R\$0,080+Funarpen R\$2,50=R\$24,02

“O REFERIDO É VERDADE E DOU FÉ”

Curitiba-PR, 11 de novembro de 2025.

Consuelo Mery Pereira  
Escrevente  
962.903.319-49

